

## O MOVIMENTO LGBTQI+ NO BRASIL E AS NEGOCIAÇÕES SOBRE A VISIBILIDADE DAS HOMOSSEXUALIDADES NA EMERGÊNCIA DA AÍDS

THE LGBTQI+ MOVEMENT IN BRAZIL AND THE NEGOTIATIONS ON THE VISIBILITY OF HOMOSEXUALITY IN THE EMERGENCE OF AIDS

Paulo Souto Maior\*  
paulosoutom@gmail.com

**RESUMO:** A análise dos discursos sobre a visibilidade das homossexualidades que circularam no âmbito do movimento LGBTQI+ brasileiro durante a emergência da epidemia de Aids constitui o escopo do presente artigo. Esta questão, ainda não contemplada na literatura da área, foi fundamental na tentativa de inserção da não discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988 e na composição da militância homossexual nos anos 1990. Para a pesquisa, foram consultadas as fontes do acervo do grupo Triângulo Rosa (1985-1988) e do jornal Nós Por Exemplo (1991-1995).

**PALAVRAS-CHAVE:** Assumir, Epidemia de Aids, Constituição de 1988.

**ABSTRACT:** The analysis of the discourses on the visibility of homosexualities that circulated within the scope of the Brazilian LGBTQI+ movement during the emergence of the Aids epidemic constitutes the scope of this article. This issue, not yet covered in the literature in the area, was fundamental in the attempt to insert non-discrimination based on sexual orientation in the 1988 Constitution and in the composition of homosexual militancy in the 1990s. For the research, sources from the collection of the Triângulo Rosa group (1985-1988) and the newspaper Nós Por Example (1991-1995) were consulted.

**KEYWORDS:** Coming out, Aids epidemic, Constitution 1988.

*A epidemia da Aids também levou a uma redefinição dos modos de apresentação de si.*  
Florence Tamagne (2013)

O movimento homossexual brasileiro se constituiu lançando mão do imperativo de assumir a homossexualidade. Algumas pesquisas têm mostrado como desde a sua emergência, em fins da década de 1970, as pautas políticas tentavam caminhar junto das pautas identitárias, mas não há identidade se as pessoas não a vestem, não se elaboram de acordo com os discursos que elas veiculam (SOUTO MAIOR JR, 2017; 2021), preocupação presente na documentação de grupos como o Somos (São Paulo), Grupo Gay da Bahia (Salvador) e Dialogay (Sergipe). Na época, as ideias divulgadas pelo famoso jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), pioneiro periódico destinado, sobretudo, ao público homossexual brasileiro, recorreram à visibilidade das homossexualidades como uma estratégia decisiva no

---

\* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor colaborador no Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

combate ao preconceito e ao modo estereotipado e preconceituoso com o qual a sociedade brasileira compreendia as homossexualidades.

Regina Facchini reflete o movimento homossexual brasileiro e procurou dividi-lo em ondas. Para ela, a primeira onda foi marcada pelo surgimento de uma conscientização homossexual, com a fundação dos grupos de militância, encontros, congressos e publicações independentes muito circunscritas ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e ocorreram em meio às mudanças causadas pela abertura política da ditadura civil-militar. Edward MacRae, ao estudar o Somos/SP, destacou que “assumir” a homossexualidade foi uma das preocupações do grupo; na época, aprendia-se a assumir a si mesmo, ao público anônimo e, até mesmo, à família e aos colegas de trabalho (MacRAE, 1990, p. 136).

A segunda fase do movimento emergiria em meados da década de 1980. O fim da ditadura civil-militar no Brasil coincidiu com a chegada da aids, logo batizada como “peste gay”. O momento se caracterizaria pelo enfraquecimento do movimento se comparado à efervescência dos anos 1970. De fato, muitos grupos fecharam e publicações mais preocupadas com uma conscientização política por parte das pessoas LGBTQI+<sup>1</sup> arrefeceram. Porém, o Grupo Gay da Bahia continuou ativo e, em 1985, surgiu, no Rio de Janeiro, o grupo Triângulo Rosa. Nos anos 1990, por sua vez, o movimento LGBTQI+ se articula a demais movimentos de direitos humanos, busca alianças em resposta a aids, associa-se a parlamentares com fins à criação de projetos de lei para a comunidade.

Uma vertente de relevante discussão para refletir o movimento LGBTQI+ a partir da chegada da aids é como se articulava a questão da visibilidade pública das homossexualidades. Para Gayle Rubin (2017, p. 12), “o que quer que aconteça, a Aids terá consequências de amplo alcance sobre o sexo em geral, e sobre a homossexualidade em particular. A doença terá um impacto significativo nas decisões tomadas por homossexuais”. Tentarei mostrar ao longo deste texto como se elaboraram os discursos sobre a visibilidade das homossexualidades no

---

<sup>1</sup> A sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e o símbolo + (mais) e procura abarcar outras identidades que se diferenciam da heteronorma. A sigla não era usada nos anos 1980-90, recorte deste artigo, mas a utilizo como uma proposta política para inserir sujeitos que estavam além do que a categoria “homossexualidade” dava conta. Na realidade, essas siglas passam a surgir apenas na segunda metade dos anos 1990, quando emerge a categoria GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), após esse momento elas serão discutidas, tensionadas e gradativamente passam a incluir outras categorias e, por conseguinte, letras.

contexto da epidemia de aids<sup>2</sup>, recorrendo a fontes oriundas do grupo Triângulo Rosa<sup>3</sup> e do jornal Nós Por Exemplo<sup>4</sup> (1991-1995).

#### *A emergência do Triângulo Rosa e o debate sobre o assumir homossexual*

Entre os anos de 1979-1988, o Brasil passou por uma transição democrática. A ditadura militar arrefecia com a revogação de Atos Institucionais e leis de exceção. Em meados da década de 1980, manifestações varriam o país, mostrando o descontentamento da população ao propor o fim do regime vigente e exigir uma democracia (DELGADO, 2007).

O momento foi caracterizado também pela elaboração de uma nova Constituição, elaborada pela Assembleia Constituinte entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988. O texto contribuiu para solidificar e ampliar os direitos civis e políticos da população brasileira e algumas de suas pautas, comumente vistas como pertencentes à esquerda, foram incluídas na versão final, não sem intenso alvoroço nas comissões e subcomissões temáticas. Nesse sentido, como destacam Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018, p. 451), não podemos pensar a Constituição de 1988 sem considerar a pressão da sociedade civil em incluir suas pautas na Carta.

Os homossexuais participaram do debate e, nesse caso, o protagonismo coube ao grupo Triângulo Rosa, juridicamente registrado, criado em 1985 por um pequeno grupo, no qual se destaca João Antônio Mascarenhas por ter sido dissidente da redação do *Lampião da Esquina*. Um dos objetivos do grupo “era procurar saídas para minimizar a discriminação contra os gays, dialogando com partidos políticos e organizações da sociedade civil” (CÂMARA, 2002, p. 24). O TR possuía como pauta uma postura política mais voltada para o espaço público, tal politização, naquele momento inviável sem a visibilidade das homossexualidades, seria fundamental na reivindicação coletiva de direitos.

O nome do grupo remetia à marca inscrita nas roupas de homossexuais nos campos de concentração nazistas. O título, por si, evocava uma memória de reparação histórica e justificava a sua ação e principal objetivo: a inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988, conhecida pelo dístico Constituição Cidadã.

---

<sup>2</sup> Trata-se de uma questão analisada em minha tese de doutorado (SOUTO MAIOR JR, 2019), sob a orientação da professora Joana Maria Pedro.

<sup>3</sup> Ao longo do texto adotarei a sigla TR para me referir ao Triângulo Rosa.

<sup>4</sup> Optei por usar as iniciais do periódico no decorrer do texto, NPE.

Mascarenhas, idealizador do TR, formou-se em Direito, curso que lhe conferiu atuação decisiva como militante homossexual e nas demandas pela causa que travou ao longo da vida (SOUTO MAIOR JR; ZIOLI, 2016). Sua biblioteca pessoal mostra por que o movimento homossexual brasileiro bebeu em iniciativas, demandas e estratégias do movimento homossexual norte-americano. Na sua estante estava o livro *Homosexual, oppression and liberation*<sup>5</sup> escrito por Dennis Patkin Altman (1993), acadêmico australiano, cujo primeiro capítulo era “Coming out: the search for Identity”, onde defende ser importante os homossexuais se assumirem para não viverem uma vida incompleta e insatisfeita, mesmo reconhecendo haver circunstâncias que inviabilizam o se dizer homossexual.

Além de Mascarenhas, o grupo contou com mais quatro fundadores. Na pesquisa de Cristina Câmara, dois foram entrevistados, aos quais ela atribuiu o pseudônimo de Luís (dada as informações de que disponho em outras fontes, percebo se tratar de Mascarenhas) e Pedro, psiquiatra e escritor. Para Pedro, o TR objetivava lutar pelos direitos dos homossexuais e de outras minorias, mas reconhece que a questão gay prevaleceu.

Mais algumas pessoas formaram o grupo, que chegou a contar com participação de outras pessoas, a exemplo da Rita Colaço, advogada, o psicólogo Paulo Fatal e Claudio Mesquita, os dois últimos eleitos respectivamente presidente e vice-presidente entre abril de 1986-abril de 1987 (TRIÂNGULO ROSA, n. 2, 1986). As reuniões geralmente aconteciam na sede da *Turma Ok*, espécie de clube homossexual carioca cuja existência ocorreu à década de 1960<sup>6</sup>.

Dentre as atividades de destaque, o grupo apoiou a candidatura a deputado estadual do militante, ativista e ex-guerrilheiro Herbert Daniel, pelo Partido Verde (TRIÂNGULO ROSA, n. 2, 1986). A candidatura não teve votos suficientes. A organização, porém, colecionou vitórias em outras instâncias, a exemplo do então artigo 10 do Código de Ética do Jornalista, que proibia jornalistas de “concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, de sexo e de orientação sexual”, conforme destacava a integrante Rita Colaço em carta aos associados em 30 de março de 1987.

---

<sup>5</sup> A obra traz reflexões oportunas acerca dos movimentos homossexuais.

<sup>6</sup> Para ver mais sobre a Turma Ok, verificar Soliva (2012).

Embora sem promissoras condições financeiras, o grupo ensaiou uma publicação de curta duração, semelhante às publicações nancicas em circulação durante a ditadura militar. O editorial do boletim da primeira edição indica seus objetivos. Segue o apelo:

O Triângulo Rosa – grupo de liberação homossexual – dirige sua vontade e volta a sua esfera para ajudar na criação de um mundo melhor e mais digno. Combatemos todas as formas de preconceito – e todos sabem como os preconceitos que segregam os homossexuais ainda são violentos no nosso país. Lutamos ao lado de todos aqueles que, como nós, são de alguma forma mutilados de sua cidadania. Estamos ao lado das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos velhos (sic), dos deficientes físicos e mentais, de todas as “minorias”, de todos os marginalizados, dos desempregados, dos trabalhadores explorados [...]

Faça do Triângulo Rosa a sua tribuna de debate, o seu porta-voz, o seu interlocutor.

Queremos vocês conosco (Editor. TRIÂNGULO ROSA, 1986).

Como não poderia deixar de ser, o texto convida adeptos/as para a causa, convocando grupos que também enfrentam preconceitos na sociedade, ampliando o leque de adeptos ao movimento de *minorias* do fim da década de 1970. Além de mulheres, negros, indígenas, chama a atenção para crianças, deficientes físicos e mentais, dentre outros. Mostrar preocupação com esses demais grupos não era à toa. O processo de redemocratização do Brasil, mesmo após o fracasso da campanha *Diretas Já*, pôs na ordem do dia a discussão de uma nova constituição e as/os homossexuais não queriam ficar fora do debate. É igualmente aí, paralelo à epidemia da aids, que se desenha uma nova estratégia para o assumir.

Vale destacar que, em 1985, o movimento homossexual já tinha alcançado um dos seus principais objetivos, a despatologização da homossexualidade, vista como “transtorno sexual” de acordo com o código 302 de Classificação Internacional de Doenças (CID) então vigente, excluída definitivamente da CID pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990. Por outro lado, o preconceito, reforçado pela associação com a aids, ainda era significativo.

O TR se mobilizava a fim de mudar a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as/os homossexuais no país. Uma das principais razões para atuação do grupo estava no debate em torno da Constituinte de 1987. Cristina Câmara (2002) ressaltou que o combate ao preconceito promovido pelo grupo considerou o diálogo com partidos políticos e demais segmentos da sociedade, levando a discussão para as reuniões das subcomissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987. A tentativa de incluir a

punição da discriminação por orientação sexual na carta magna levou o grupo a escrever “606 cartas a 304 constituintes, deu [dar] 421 telefonemas para o Congresso Nacional e o presidente do grupo, Caio Benévolo, foi três vezes a Brasília” (HOWER, 2003).

No boletim do grupo, é possível acessar formas de mobilização, uma descrição atenta da pauta a constar na Constituição e os caminhos que deveriam ser mobilizados discursivamente para esse fim. Nesse sentido, na edição de outubro de 1987, encontramos um texto longo, escrito por Mascarenhas, com um título provocativo: “Assumir-se: por quê?”:

Assumir-se, no caso, significa o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la. Isso não se consegue nem rápida nem facilmente, mas, em geral, a duras penas. Depois de angústias e frustrações. Valerá o esforço? Creio que sim. Não pretendo enumerar todos os motivos, mas alguns deles:

1º: Sentimo-nos desobrigados de fingir, livrando-nos do peso da mentira e da tensão provocada pelo terror de sermos descobertos;

2º Dispensamo-nos da hipocrisia de participar do jogo dos outros, do eu-faço-que-escondo-e-você-faz-que-não-vê; via de regra simulam ignorar o homossexualismo dos que a rodeiam para, assim, mantê-los sob domínio, para que eles conheçam os seus lugares, não se manifestem, sigam as regras, curvem-se calados, gratos, até pelo bom tratamento;

3º Impedir a ocorrência de chantagem de parte de indivíduos com quem mantivemos relações sexuais; de repórteres sensacionalistas da imprensa marrom; de companheiras de serviço, de todo círculo de criaturas com quem convivemos, até mesmo do círculo familiar, onde às vezes um outro tipo de chantagem ocorre, a chantagem afetiva – talvez a mais terrível de todas – que, surda, implacável, prenhe de ameaças, traumatiza tanta gente;

4º Fazer com que fiquemos a salvo da necessidade de subornar certos policiais inescrupulosos, que fingem desconhecer que o homossexualismo não é punível na legislação brasileira e procuram submetermos a todos os vexames sob ameaça de uma acusação qualquer;

5º Saber que neutralizamos os nossos opressores machistas, porque os privamos de utilizar a única arma de que dispunham contra nós, a ameaça de descobrir-nos, quando, na impossibilidade de acusar-nos de qualquer deslize, utilizam-se desse recurso para manter-nos amedrontados; obviamente essa gente nada pode fazer contra um homossexual assumido;

6º Dar, pelo nosso exemplo, apoio moral aos homossexuais desejosos de assumirem-se, mas com receio de fazê-lo; infelizmente não raro jovens se suicidam porque não suportam o estigma imposto pela sociedade;

7º Também pela nossa atitude ajudar os familiares que se indignam quando percebem o homossexualismo de um parente, a questionarem a validade da posição de repúdio por eles adotada e ao auxiliá-los a darem-se conta dos preconceitos de que são portadores; na medida em que mais e mais homossexuais assumidos impuserem-se, pela qualidade do trabalho, na indústria, comércio, política e outras atividades, haverá maior aceitação por parte dos heterossexuais; o processo já se acha em andamento; não aumentará percentualmente o número de homossexuais mas provocará uma queda de máscaras;

8º Sentir que estamos batalhando para a construção de um mundo melhor, onde os direitos humanos e os das minorias sejam respeitados, pois o assumir se constitui um ato essencialmente político, através do qual o indivíduo reconhece-se como integrante de um grupo oprimido, primeiro indispensável passo para lutar contra a opressão. Evidentemente quem teme defender-se, pelo receio de identificar-se não se encontra preparado para fazer-se respeitar [...]

9º Maior auto respeito, pela ausência do sentimento de culpa;

10º Aumento de segurança, pois nos vemos livres de tensões e angústias;

11º Melhor relacionamento com nossos parentes e amigos pela maior franqueza;

12º Possibilidade de plena realização pessoal e profissional pelo conjunto de condições acima.

O texto acima não era inédito. Ele havia circulado com o mesmo título no jornal *Lampião da Esquina*, em junho de 1978 (MASCARENHAS, 1978). Naquele momento, o artigo vinha bem a calhar com os objetivos do recente movimento homossexual brasileiro (SOUTO MAIOR JR, 2019). Nove anos depois, “Assumir-se? Por quê?” aparecia da mesma forma, também num veículo de publicação homossexual, e é indicativo da preocupação em fornecer um modelo viável de homossexualidade. Mascarenhas busca tornar as/os homossexuais visíveis, sensibilizá-los da importância de se assumirem. Para ele, pelo menos desde a década de 1970 até 1997, ano de sua morte, o assumir seria a condição *sine qua non* para a vivência da homossexualidade.

No entanto, a presença do artigo no TR reivindica outros sentidos. Se, em fins da década de 1970, as homossexualidades ainda não adentravam o espaço público, por outro lado, em 1987, a aids já era suficientemente conhecida da população, pelo menos entre estereótipos e preconceitos. Não foi à toa que João Silvério Trevisan (2007) destacou que a doença colocou de vez a homossexualidade no cotidiano dos brasileiros. Como vários trabalhos têm mostrado, falava-se sobre as homossexualidades na mídia, no dia a dia, nos hospitais, nas agências de emprego. Falava-se dela atribuindo-lhe um rosto, o rosto dos/as homossexuais<sup>7</sup>.

Assumir continua como o processo de expor a homossexualidade publicamente; a demanda, entretanto, muda. Não importava mais falar de uma prática clandestina, era preciso recorrer a artifícios que a visibilizassem em proporção significativa para alcançar a inclusão da

---

<sup>7</sup> Esta afirmação está pautada em uma série de pesquisas que têm ressaltado o caráter preconceituoso, estigmatizador e associativo vivido pelos homossexuais na era da aids. Dentre a vasta literatura, destaco aqui: Vitiello (2008), Soares (2011), Galvão (1992), Pereira (1999), Castro (2005), Souto Maior (2017), Biancarelli (1997), Fausto Neto (1999).

não discriminação por orientação sexual na Constituinte. Assim, as razões elencadas circulam em meio a esses debates, que eram travados entre congressistas e representantes da sociedade civil.

Ora, para tentar inserir a punição por discriminação homossexual na Constituição, era preciso que as pessoas se dissessem publicamente, mostrando se tratar de uma demanda de uma população não tão minúscula quanto se imaginava. Conforme destacou Sérgio Carrara (2019), a demanda era política, interpelava o Estado reivindicando direitos, sobretudo o de não ser discriminado na sua diferença.

Nesse sentido, parece que o oitavo ponto tem maior aproximação com a barganha por democracia. É bem verdade que a luta por um mundo melhor com respeito aos direitos humanos e às minorias lembra as mobilizações do movimento homossexual da primeira onda. Porém, a demanda, dessa vez, tinha a ver com a organização de pessoas LGBTQI+ que desejava um lugar ao sol na Carta de 1988.

É o que fica claro no artigo que abre o sétimo boletim, um texto explicativo de Mascarenhas (1987), cujo título já indica o assunto: “Constituinte em etapas”. A proposta da inclusão da não discriminação por orientação sexual teve êxito nas duas comissões temáticas em que foi discutida (Comissão de Ordem Social e Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias Individuais do Homem e da Mulher). Chegou a constar no projeto “compatibilizado”, apresentado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), sendo que, no artigo 12, inciso III, item “f” trazia:

Art.12- São direitos e liberdade individuais invioláveis:

III – a cidadania

f) ressalvada compensação para igualar as oportunidades de acesso aos valores da vida e para reparar as injustiças produzidas por discriminação não evitadas, ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, ORIENTAÇÃO SEXUAL, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição sexual ou individual (As maiúsculas, por ênfase, são minhas) (BOLETIM TRIÂNGULO ROSA, n. 7, 1987, p. 2).

Pela primeira vez nas histórias das constituições brasileiras, questões referentes às homossexualidades chegaram perto de constar numa Carta Constitucional. Um dos efeitos do quiproquó foi a maneira de se referir às homossexualidades e ao abandono da sua condição de marginalidade. À divisão entre “opção” ou “essência”, militantes consultaram acadêmicos e profissionais de várias áreas e elegeram o termo “orientação sexual”. A militância



igualmente investiu numa imagem pública respeitável dos/as homossexuais, mesmo que, para isso, distinguisse as/os homossexuais das travestis, como fez João Mascarenhas em discurso proferido no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987 (FACCHINI; SIMÕES, 2009). Entrevistas realizadas com participantes do grupo, de modo geral, evidenciam a presença de um grupo transfóbico no TR, para o qual as pautas das/os homossexuais não eram as mesmas das travestis (CÂMARA, 2002).

A luta pela Constituinte se justificava também pelos casos de discriminação, homofobia e assassinatos de homossexuais ocorridos no país, bem como pela maneira como a imprensa escrita divulgava notícias contrárias ao padrão de moralidade ou até mesmo de violência em que homossexuais apareciam constantemente como protagonistas.

Na realidade, a proposta foi apreciada por um pequeno grupo de deputados e contou com uma reação agressiva dos mais conservadores. Diante disso, o deputado Bernardo Cabral resolveu enxugar o texto da Carta e cortar as asas da militância LGBTQI+. Os deputados José Genoíno (PT/SP) e Luiz Salomão (PDT/RJ) tentaram reverter o jogo e incluir a proibição de discriminação por orientação sexual. Sem sucesso, contudo. Na votação dessa comissão, 66% foram contrários. Depois dessa aprovação da Comissão de Sistematização, eram necessários 280 votos dentre os 559 constituintes.

O TR compartilhava com seus leitores tais informações, certamente para mobilizá-los e não haveria engajamento se eles não se fizessem ver, se não se colocassem em público, expusessem suas demandas, mas também suas dores, lágrimas, traumas psicológicos, fragilidades, sonhos e, é claro, sua homossexualidade. Se, no fim da década de 1970, dizer-se homossexual se relacionava com a aceitação de si como alguém que se relaciona com outras pessoas do mesmo sexo, e por isso homossexual, a partir de 1985, visibilizar significava, no âmbito do TR, igualmente, integrar um grupo social que, tolhido de direitos, lutava por cidadania.

Isso fica claro no artigo “Os gueis e a constituinte”, de Paulo Fatal (s/a, p. 5). O psicólogo denuncia que a lei não é igual para homossexuais e heterossexuais: “há alguns mais iguais que outros”. Questiona o número de homossexuais no Brasil, um cálculo impossível para eventual pesquisa do IBGE, dado que a maioria se dizia heterossexual. Coloca outra questão: “A maioria esmagadora dos homossexuais não é “visível”, forma-se de homens e mulheres casados, que se empenham em não ser identificados como gueis”. Marca presença

a preocupação com a visibilidade das homossexualidades, explicada pelo autor: “Enquanto as mulheres e os negros não se confundem, os homossexuais podem policiar-se e “passar” por integrantes do grupo opressor”.

Ao citar as mulheres e os negros, Paulo Fatal dialoga com dois grupos que compartilham com as/os homossexuais um histórico de reivindicações em busca de direitos, talvez remetendo-se à década anterior. A analogia certamente se ancora no fato de o movimento racial e o feminista lutarem a partir de uma condição perceptível, a exemplo da cor da pele e do biotipo do corpo feminino, ao passo que uma associação formada por homossexuais precisava lidar com uma fração que encobria a maioria, isto é, aqueles que temiam, não desejavam ou ainda nem soubessem expressar seus desejos valendo-se do adjetivo homossexual (BOLETIM TRIÂNGULO ROSA, n. 7, 1986, p. 5).

Quando, em 1988, Paulo Fatal publicou *Invicta: aids aqui: toque, becos e saídas*, aprofundou tal questão, dividindo os homossexuais em: visíveis, semivisíveis e invisíveis. Os primeiras/os possuem trejeitos e atitudes “feminóides” (sic), com tom preconceituoso. Os semivisíveis apenas ocasionalmente “dariam pinta”, deixando no ar se são ou não homossexuais. Finalmente, os invisíveis “seriam aqueles que parecem Seres Humanos Típicos” e só seriam percebidos com uma convivência frequente. Como forma de prevenção, muitos homossexuais criam mecanismos de ocultação e de defesa para a vida em sociedade; tais medidas manteriam, coloca o psicólogo, os homossexuais na invisibilidade – ele refere-se diretamente aos homens homossexuais. Frente ao movimento homossexual dos anos 1980, essa divisão é ilustrativa da dificuldade de lutar por uma causa quando a maioria das pessoas que se relacionam afetivo/sexualmente com outras do mesmo sexo são invisíveis, não se expõem publicamente.

Mesmo com a emergência da aids, havia, segundo o autor, aceitação na sociedade. O militante escreveu: “há pessoas que esclarecem que aceitam os Homossexuais ‘verdadeiros’, ou seja, os que desde criança sempre foram assim delicados e femininos (no caso de meninos) e ‘brutas e masculinas’ (no de meninas)” (FATAL, 1988, p. 42). Utiliza-se uma explicação biológica para uma questão de “nascença” que permitia unicamente a aceitação. Fracassados desde a infância, trazendo essa deficiência já no DNA, os/as homossexuais nada poderiam fazer e mereciam acolhimento social. A compreensão de uma causa genética para a homossexualidade permeia a reflexão de Fatal, o que era muito comum à época. Não se

tratava de aprender social e culturalmente o que é e como ser/estar homossexual, era algo que vinha no corpo e seria manifestado ao longo da vida, cabendo a muitos a decisão de ocultá-la ou exibi-la.

O impacto da aids levou Paulo a escrever, ao final de sua obra *Invicta*, o capítulo “Saídas”. Lá, propôs que a saída para a associação “grupos de risco-homossexuais” seria a invisibilidade. Para ele, os “Homo Visíveis” (modo como se refere às travestis) seriam vistos como grupos de alto-risco. É a eles que se referiam os meios de comunicação, seriam neles que se pensava quando a aids era mencionada. O tom nada combativo dos preconceitos sociais dirigidos às travestis soa como transfobia, uma vez que egresso de um grupo de combate à discriminação contra homossexuais, delineia um corte, uma cisão sobre por e para quem lutar. “Quem pensaria que um lutador de boxe, um engenheiro, um operário ou qualquer indivíduo de aparência comum possa ser Homossexual”, questiona, recorrendo a profissões historicamente associadas ao masculino. Encenando-se dessa forma, sem trejeitos e próximos a imagens-padrão de masculinidades, os homossexuais teriam lugar entre os “comuns”.

A saída pela invisibilidade tiraria dos homossexuais, especificamente dos homens cis, a suspeita da aids e de preconceitos já conhecidos anteriormente, a exemplo da expulsão de casa, demissão de emprego, pessoas presas arbitrariamente, espancadas e assassinadas. Não teria como aprender sozinho. Ironicamente (ou não!) sugere um curso intensivo, onde o aluno, após “graduado”, mudaria de cidade, sem quaisquer rastros que o fizessem ser reconhecido como “Bicha”. Paulo Fatal suspeitava que, devido à aids, o número de homossexuais invisíveis cresceria em diversos países. Parece que, em meados da década de 1980, rarearam os discursos que defendessem enfaticamente o assumir, como se deu na passagem entre das décadas de 1970-80 e ocorreria nos anos 1990. A razão para isso seria a dupla confissão, que pesaria sobre o grupo, “se é homossexual, certamente, é também soropositivo”; muitas vezes, a mudança dos corpos atingidos pela doença era uma forma de expor a sexualidade sem verbalizá-la.

Como se vê, entre membros do TR, havia divergência de opiniões. Paulo Fatal, no mesmo ano em que o TR encerra as atividades, traz em livro uma defesa pela invisibilidade e esclarece “certas divergências que andei tendo com Pessoas do Triângulo Rosa”, que se davam pelo fato de a imprensa procurar o grupo apenas quando era para falar sobre Aids (FATAL,

1988, p. 33). Enquanto isso, Mascarenhas destaca apenas razões positivas para o assumir; não há, no seu texto “Assumir-se: Por quê?”, nenhum “porém” a expressar efeitos negativos. Poderíamos perguntar por que um artigo considerado tão importante, a ponto de ser copiado e colado quase uma década depois em um boletim do TR, ignorou condições do contexto em que reapareceu, 1987. Por que a aids não foi incluída no texto de Mascarenhas? Será que, na sua visão, o assumir-se deveria ignorar os discursos sobre a aids? O que esse silêncio revela?

Houve divergências na atuação do TR no combate à aids, conforme esclareceu Cristina Câmara. Mascarenhas estava mais preocupado com os direitos homossexuais, recorrendo a uma política de visibilidade, ao passo que Paulo Fatal direcionava a atenção para formas de prevenção à aids. Certamente, a posição de Mascarenhas era estratégica, já que era porta-voz do grupo nas reuniões para a Constituinte. “Se o Triângulo Rosa estava voltado para a luta contra os preconceitos, assumir a problemática da AIDS seria assumir ser o grupo de risco potencial” (CÂMARA, 2002, p. 72), escreveu a socióloga, lembrando que a relação aids-homossexualidade retomaria “as ideias de anormalidade e periculosidade sobre a homossexualidade, como causa de difusão de aids”.

Esse dissenso, entretanto, não levou o TR a abandonar a causa da aids. O seu boletim de outubro de 1987 informava que o grupo integrava a comissão interinstitucional de prevenção da aids no estado do Rio de Janeiro, se mostrava contrário diante de abordagens preconceituosas e recomendava: usar camisinha de vênus (a popular camisinha), não engolir esperma, exigir agulhas esterilizadas e descartáveis em caso de transfusões, injeções etc. (BOLETIM TRIÂNGULO ROSA, n. 7, 1987, p. 06). Não seria espanto se constatássemos que tal investimento teria partido especialmente de Paulo Fatal.

A aids pôs em prática uma mobilização em regime emergencial, realizando atendimento às vítimas e campanhas de prevenção, nas ruas ou em espaços de sociabilidade homossexuais. Dentre as atividades mais conhecidas nesses casos, a exemplo da distribuição de panfletos, houve outros inéditos e existentes ainda hoje, como a distribuição de camisinhas. Ao longo da década de 1980, emergiu outro perfil do militante homossexual que, segundo Trevisan, era “mais profissionalizado e mais visível na mídia, ao estilo porta-voz, atuando diretamente nas cúpulas do poder, com base em lobbies, e trabalhando dentro de políticas governamentais, sobretudo na área de saúde” (TREVISAN, 2007, p. 369). Um dos

principais desafios dessa militância estava como chegar nas/os homossexuais “invisíveis”, não assumidos.

Antes de seguir, um parêntese. Provavelmente, a existência de grupos como o TR e o GGB tenha ficado circunscrita, no máximo, às cidades onde foram fundados. A ausência de uma publicação especializada em circulação nacional que divulgasse notícias de mobilizações homossexuais talvez seja indicativo da falta de contato entre esses grupos com demais rincões do país. Em 1986, por exemplo, o periódico gay *Marilyn Monroe* trouxe, no seu pioneiro número, o artigo “O movimento homossexual no Brasil hoje”. Nele, pergunta-se sobre as organizações que havia no país, publicações como *Jornal do gay*, *Gay News*, *Lampião da Esquina*, *Chanacomchana*, *Corpo*, além das diversas casas noturnas que também teriam sucumbido. O texto não é assinado, mas quem escreveu provavelmente teve proximidade suficiente com o movimento para arriscar algumas opiniões sobre a trégua no movimento: “Provavelmente a falta de maturidade, o excesso de estrelismo, a falta de união e a conscientização de classe” e “as diferentes opiniões dos grupos ativistas, o revanchismo, a subdivisão dos grupos formados” (JORNAL MARILYN MONROE, 1986, p. 3).

Ainda no artigo, *Marilyn Monroe* se coloca como um canal de debate aos membros de antigos grupos e publicações, convidando-as/os a escrever no jornal, a fim de ver o movimento homossexual tomar as ruas: “(...) espera-se que todos realmente participem cômicos de sua força política, da seriedade do movimento, e com um espírito de solidariedade e companheirismo” (JORNAL MARILYN MONROE, n. 1, 1986, p. 3). Investindo nesse propósito, não deixou de noticiar o fato de um grupo de homossexuais estarem se organizando para que a nova constituição proibisse a discriminação contra homossexuais (JORNAL MARILYN MONROE, 1986, n. 2, p. 14). Como escreveu Elaine Marques Zanata (1997), nos anos 1980, ao contrário do que se pensava, o movimento homossexual não desapareceu, ele rearticulou-se.

#### *O assumir e a militância organizada no âmbito do jornal Nós Por Exemplo*

Nós Por Exemplo começa a ser distribuído no Rio de Janeiro em fins de 1991. A publicação, uma iniciativa bem-sucedida do Núcleo de Orientação em Saúde Social (NOSS), foi fundada em 30 de janeiro de 1991 por Sylvio de Oliveira, design gráfico e um dos coordenadores do NOSS, e pelo psicólogo Paulo Henrique Longo. O foco do grupo eram atividades ligadas à saúde, com destaque à prevenção da aids. Circulando até 1995, o NPE contou com vinte e duas edições, tratando de temas variados, notícias do mundo gay, turismo,

entrevistas com celebridades gays, notícias gerais e aids, “tratada de forma honesta e segura, livre do cunho moralista e preconceituoso” (RODRIGUES; VICTORIO FILHO, 2010, p. 177).

Considerando o NPE como um veículo também do movimento LGBTQI+ brasileiro, interessa, aqui, entender como as matérias desse periódico arquitetaram sentidos sobre a visibilidade da homossexualidade, dialogando com a epidemia de aids.

Um caso não negligenciável que permite compreender a questão se deu com a reativação do TR, em 1992, por ocasião da Revisão Constitucional de 1993, quando novamente tentaram incluir na Constituição a proibição de discriminação por orientação sexual (MASCARENHAS, 1992, p. 6).

O NPE realizou uma cobertura da campanha encabeçada pelo TR e pelo movimento LGBTQI+ de modo geral durante a revisão constitucional. Uma das estratégias acionadas pelo movimento estava justamente na afirmação pública da sexualidade. Tratava-se de colocar o nome e, às vezes, até mesmo a foto dos/as entrevistados/as ou de pessoas mencionadas em matérias. Era necessário fazer-se ver, deixar-se mostrar, vestir um rosto e urdir um corpo de um indivíduo que, mesmo com o preconceito e estereótipo da aids, aparece em praça pública.

Participante desse projeto, João Antônio Mascarenhas foi entrevistado pelo NPE. Na conversa, as perguntas são formuladas afirmando a homossexualidade do entrevistado: não pergunta se ele é, afirma-se desde o princípio. Sylvio de Oliveira, um dos editores, questionava: “Você é o pioneiro na militância homossexual no Brasil. Que consequências pessoais isto lhe trouxe, assumir publicamente a homossexualidade?”. Mascarenhas ressalta com naturalidade que aparecia na televisão e nos jornais como homossexual. “E sempre fui muito respeitado, porque nunca tive medo”, revela o entrevistado, destacando a coragem em oposição ao medo de eventuais efeitos negativos pela homossexualidade afirmada, a exemplo da perda de laços sociais e familiares.

Vale observar que são declarações sobre a vida privada expostas publicamente não por uma pessoa comum, mas por um militante homossexual que lutava pela causa desde 1978, era relativamente conhecido no âmbito das publicações homossexuais e tinha fundado o TR/; suas respostas são pensadas e selecionadas tanto para a imagem que constrói para si mesmo e também pela luta travada naquele momento. A afirmação vem mostrar que a causa

pela qual se luta vale a pena, sobretudo diante de um dos grandes receios das/os homossexuais, as relações sociais e familiares após se se dizer publicamente.

Na entrevista, diz ter mostrado à sua mãe jornais em que aparece advogando pela causa homossexual, em associação direta entre por que se luta e o que se é. A mãe opina que o pai ficaria aborrecido com aquelas informações. Então, ele evoca mais uma vez a coragem de se dizer, quase reafirmando-se homossexual: “Eu tenho consciência do que faço”. Por fim, a mãe diz: “Eu estou do teu lado”. Embora traga memórias de sua própria trajetória, o desfecho positivo do seu assumir e a aceitação por parte da mãe ajudam a criar uma imagem positiva dos efeitos da publicização das homossexualidades, mesmo estando ali em outro momento, caracterizado pela emergência da aids. Por sinal, a questão da aids novamente é silenciada por Mascarenhas, mostrando uma incompatibilidade já presente na emergência do TR.

Dito isso, Sylvio lhe pergunta se assumir é importante. “As pessoas não têm consciência do quanto a vida é facilitada quando você se assume” (MASCARENHAS, 1992, p. 6), responde. Ora, trata-se de um questionamento que não quer trazer um segredo do interlocutor, fazê-lo dizer, assumir-se. Pelo contrário, é uma visibilidade diferenciada, insisto. Uma visibilidade dada num tempo em que a cara da homossexualidade se confundia com a da aids, apesar de que, para Mascarenhas, a aids deveria ficar a cargo do governo, pois, se tomada pelo movimento homossexual, prejudicaria a luta pelos direitos civis. Embora a sua luta tentasse se desvincular da aids, Mascarenhas insistia no que acreditava. Quando Sylvio lhe pede uma frase, ele não hesita: “Assumir é essencial”.

Para além da luta pela Constituinte, no começo da década de 1990, o movimento LGBTQI+ passava a ideia de que um novo vento soprava. A elaboração de um jornal tido como gay e produzido para homens que faziam sexo com homens se torna um acontecimento em meio a uma mídia que estereotipava os homossexuais. Observemos o editorial da quarta edição do NPE:

Muito de novo no front. Parece que, aos poucos, as coisas vão tomando rumo. Percebe-se claramente que alguma coisa está acontecendo na comunidade gay brasileira. Paira no ar um leve odor de anos 70, quando o Movimento Homossexual Brasileiro assumiu-se. São vários os indícios: os grupos gays organizados de todo o Brasil têm feito articulações importante; a Organização Mundial de Saúde retirou da sua Classificação Internacional de Doenças a homossexualidade enquanto patologia; alguns grupos de lésbicas

foram estruturados e estão trabalhando (e muito bem) suas questões; a possibilidade de se incluir na Constituição Federal a proibição da discriminação por orientação sexual na próxima revisão constitucional que ocorrerá em 1993; um candidato gay concorrendo a vereador no Rio de Janeiro; um GUIA GAY RIO que será lançado ainda este ano e, finalmente, o jornal NÓS POR EXEMPLO chegando ao 4º número (o que é um espanto numa terra como a nossa, em tempos como os nossos).

Muito de novo no front. Estaremos vivendo a ressurreição da luta? (NÓS POR EXEMPLO, n. 4, 1992).

Desde os anos 1970, o movimento homossexual brasileiro se inspira no norte-americano, a exemplo de notícias e pautas divulgadas nas páginas do LE<sup>8</sup>. A influência volta a ocorrer nos anos 1990 e o assunto predominante era que, desde os anos 1980, a militância estadunidense seguia uma “política de visibilidade”.

Em 1993, o NPE transcreveu uma entrevista com Michelangelo Signorile, editor da revista *Outweek*, que circulou na *Folha de São Paulo*, no Caderno Mais! A edição trouxe diversas matérias sobre o movimento homossexual norte-americano – o que é significativo para percebermos como o tema passa a aparecer igualmente na grande mídia -, que, segundo Bernardo Carvalho (1992), tinha se radicalizado e fazia uso intensivo do *outing*, cujo objetivo era revelar publicamente a homossexualidade de pessoas famosas que preferiam mantê-la em segredo. Michelangelo falou de uma nova estratégia de militância que “não se contenta mais em lutar pelo direito à privacidade. É preciso se tornar público”. Também diferencia a militância atual da anterior: “Tradicionalmente, o movimento gay estava procurando a assimilação. O movimento ‘queer’ está dizendo que não somos iguais aos outros e que queremos ser aceitos como diferentes” (NÓS POR EXEMPLO, n. 6, 1993, p. 9)<sup>9</sup>.

Interessa-nos, particularmente, a resposta dada à pergunta: “Qual o objetivo do ‘outing’?”

Anteriormente, ninguém ousaria entrar na privacidade do outro. Com a emergência da AIDS, as pessoas acordaram e se deram conta de que não pode respeitar sempre a privacidade dos outros. Às vezes, as pessoas que estão lhe atacando são gays enrustidos. Essa hipocrisia deve ser exposta. Por que é mau dizer que alguém é gay? (NÓS POR EXEMPLO, n. 6, 1993, p. 9).

A chamada da entrevista é convidativa. Trata-se de uma conversa com o líder do movimento gay de Nova York, cidade do país considerado o berço das reivindicações homossexuais na contemporaneidade, com um movimento gay articulado e uma quantidade

<sup>8</sup> É o que se percebe nas entrevistas realizadas pelo historiador Cláudio Silva (1998).

<sup>9</sup> Michelangelo Signorile, líder de movimento gay em New York.



significativa de revistas voltadas ao público homossexual. Logo, valia a pena ouvir o que ele teria a dizer. A estratégia do *outing* foi profícua por aqui e inspirou a militância LGBTI brasileira.

Um dos militantes que melhor investiu nesse vetor foi Luiz Mott. Em 1994, não mediu esforços para atribuir um rosto de homossexualidade a Mário de Andrade. É curiosa a maneira como Mott inicia o texto, dizendo que não foi no centenário de nascimento (09/10/1993) que o autor de *Macunaíma* teria se dado “inteiro” ao público, o que só ocorreria em 1995, cinquenta anos após a sua morte, com a divulgação de suas cartas íntimas. Dois destaques: só se poderia conhecer por “inteiro” alguém se a sua homossexualidade se tornasse conhecida; cartas já remetem à esfera privada e, ao usar o termo “íntima”, alude a algo oculto, a um segredo que, quando viesse à tona, traria a Mário um reconhecimento jamais visto. Aqui também a homossexualidade funciona como uma informação decisiva para chamar a atenção do público leitor. Nas palavras de Mott, teríamos a confirmação do que já era conhecido: “Mário de Andrade era praticante do homoerotismo”. Ao elencar seus argumentos, o fundador do GGB recorre a códigos de gênero, pois o modernista “usava ternos impecáveis de casimira inglesa e linho branco, pó de arroz no rosto para atenuar o tom amulatado da pele” (MOTT, 1993).

No entanto, tal convicção precisaria ter mais fundamento. Uma vez que não se pode perguntar ao poeta ou fazê-lo dizer, vai se utilizar de depoimentos da época, de dizeres comuns, a exemplo de um produtor musical que dizia ser Mário frequentador de pontos de prostituição masculina e banheiros públicos. Recorre ainda à amizade desfeita com Oswald de Andrade, para quem Mário se assemelhava a Oscar Wilde – o famoso escritor irlandês condenado na Inglaterra no começo do século XX por “pederastia” –, tendo apelidado o ex-amigo de “Miss São Paulo em masculino”. E o investimento a fim de provar a homossexualidade do autor vai até a sua obra, pinçando poemas em que descreve a beleza de personagens masculinos. Enfim, o *outing* chegava ao Brasil e não bastava dizer, era necessário provar, para que dúvidas fossem sanadas e a sexualidade residisse em solo firme, dizendo por “inteiro” quem era e o que fazia o poeta.

Adepto do “ser” homossexual, Mott tentava legitimar a homossexualidade relacionando-a a personagens antigos, conhecidos por se relacionarem com pessoas do mesmo sexo. Mesmo distante no tempo e no espaço, o antropólogo sentia-se

“orgulhosamente irmanado e próximo a Alexandre Magno, Miguel Ângelo e Safo de Lesbos”. A defesa de um ser homossexual seria acompanhada do direito de “eleger e homenagear nossos ídolos”.

O processo de atribuição de identidade não se dá sem regras, condicionamentos e relações de saber-poder. Identidades bloqueiam, fixam, sedimentam pessoas em lugares de sujeitos. Para serem elaboradas, identidades precisam de rostos, de significados se tornando subjetividades, de afetos, desejos de ser outro e ao mesmo tempo ser amparada/o por esse outro, evitando sentir-se sozinha/o. Daí porque Mott recorre a “famosos” “homossexuais”, pessoas que sequer conheceram o conceito de homossexualidade, para mostrar as/os leitoras/es que eles/as não estão sozinhos. Tamanha ousadia faz sentido na questão objetivada porque, para um movimento, fincar raízes é oportuno para fabricar símbolos – heróis – para olhar, inspirar e saudar.

Por apresentar cunho político, defende Mott (1994, p. 7): “cada minoria deve decidir como ser chamada, como se vestir, com quem fazer alianças, que personagens eleger como seus ídolos ou heróis”. Evidentemente, Mott rostifica a homossexualidade oferecendo-lhe um lugar fixo. Para os que fossem exclusivamente homossexuais, “é uma questão de coerência política e existencial a afirmação de nossa homossexualidade”. Afirmar-se, naquele momento, era expor-se em público, era fazer-se ver e ser visto como homossexual. As/aos que temessem apostar na publicização, Mott deixava o slogan do GGB: “é legal ser homossexual... Somos milhões e estamos em toda a parte”.

A ideia de orgulho presente no discurso de Luiz Mott vai se tornando cada vez mais comum na primeira metade dos anos 1990. Ser homossexual, dizê-lo publicamente, orgulhar-se disso. Inclusive, grupos vinculados à questão da aids, a exemplo do *Pela Vidda*, do qual fazia parte Herbert Daniel, divulgavam essa ideia. Em vez de motivo de vergonha ou culpa, a homossexualidade era cada vez mais mostrada com orgulho por “pessoas que não querem ser vencidas pelo pânico e pelo preconceito” (FERREIRA, 1992, p. 9). Esse investimento discursivo de afirmar-se homossexual além de ser um ato normativo, é também um gesto de coragem por ser tensionado durante a epidemia de aids e a intensificação do estigma sobre os/as homossexuais. Ir até a praça pública, ou aos/as amigos/as, as/aos familiares, a/ao ambiente de trabalho e se assumir caracterizava rebeldia, quase como “apesar da aids, eu estou aqui”, ou seja, é uma afirmação da própria existência.

O discurso de orgulho serviu para colocar nas ruas, em 24 de janeiro de 1994, a primeira Parada Gay do Rio de Janeiro, conhecida como Parada das Máscaras, que ocorreu na Avenida Atlântica e elegeu como principal reivindicação “a não discriminação de gays e lésbicas”, usando uma nomenclatura que diferencia estas daqueles. Vale destacar que as paradas gays levam a bandeira da visibilidade para as ruas, fundamentada num funcionamento discursivo que solicita não somente destacar as homossexualidades das celebridades, mas de qualquer um.

Embora o movimento homossexual advogasse pela visibilidade, bem sabia das dificuldades dos/as homossexuais se assumirem ao comparecerem à Parada. O convite circulou nas páginas do NPE em novembro de 1992: “Sabemos da dificuldade de muitos de nós assumirem publicamente sua orientação sexual. Porém, os organizadores do evento se encarregarão de distribuir na semana que antecede a passeata, três mil máscaras para aqueles que não quiserem ser reconhecidos” (NÓS POR EXEMPLO n. 5, 1992, p. 12).

Na edição que circulou no mês da Parada, antecedendo-a, o NPE divulgou o que pode ter sido outro convite para o evento, um chamado, entretanto, oculto. “Você e a lei” dava título a um artigo escrito por certo Nelson Sergio Gordilho (1993, p. 15), em que lemos sobre a discriminação da homossexualidade, notadamente a partir da religião, e da necessidade de mudança desse quadro através do amparo da lei, bem como de uma “conscientização individual”. Nelson via esta questão com certa dificuldade, pois “a maioria dos homossexuais brasileiros ainda vem dissimulando sua orientação, não querendo demonstrá-la publicamente (...) se automarginalizando e não assumindo plenamente sua própria identidade e natureza”.

Tentando alertar as/os leitoras/es para o tema em debate e convencê-los do seu ponto de vista, Nelson dizia que, antes de serem aceitos/as socialmente, os homossexuais deveriam se aceitar. Concluindo o seu texto com direito a sublinhado, reforçava nos leitores o convite para a Passeata: “Somente aceitando-se e assumindo sua própria lei interior é que a sociedade também o aceitará e a lei pública o amparará”. Aqui, nota-se uma semelhança com a maneira como o assumir emerge nos anos 1970 e ainda circula atualmente, a sua naturalização, a sua relação com uma predisposição biológica da homossexualidade, algo que está dentro de si e deve ser exposto, uma tatuagem sem a qual parecia ser impossível viver.

Ao evento compareceram representantes de grupos gays de outros estados, a exemplo do Dignidade, do Paraná; do GGB, da Bahia; do Dialogay, do Paraná; do Grupo de

Homossexuais do PT, de São Paulo; TR e ABIA, ambos do Rio de Janeiro. A I Passeata Gay do Rio de Janeiro contou com a participação de pessoas de outros estados, que, sem vínculo com quaisquer grupos, não deixaram de marcar presença. Segundo o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, cerca de 200 pessoas compareceram ao evento (OLIVEIRA, 1993, p. 13).

A Parada das Máscaras opera um deslocamento na publicização das homossexualidades. Se nos anos 1980 rarearam discursos de afirmação das homossexualidades, com destaque para as publicações homoeróticas do momento, nos anos 1990, retorna uma incitação a se expor publicamente homossexual, apesar da aids. Essa atitude era uma forma de se reafirmar pelo desejo, de reagir aos estereótipos e preconceitos da sociedade, de ocupar um espaço social que lhes era tolhido. A cobertura do NPE sobre o evento, além de informar, elabora uma percepção da importância do evento, justifica a sua necessidade e faz valer a iniciativa, criticando os grupos que não apareceram, ou seja, demarcando que não se assumir é uma atitude inapropriada.

#### *Considerações finais*

Se por um lado o ativismo homossexual em tempos de aids acionou campanhas no sentido de combater o preconceito e obter recursos do governo, por outro pôs em destaque a visibilidade das homossexualidades, fazendo-os mostrar-se publicamente homossexuais e como se davam as relações com amigos/as, família e colegas de trabalho. Isto é, o que o ativismo do momento parece propor é que o assumir é necessário a todas/os e a qualquer um, independente do engajamento político em algum grupo.

Nos debates travados em torno da Constituição de 1988, as/os homossexuais, no âmbito do TR, procuraram inserir a não discriminação por orientação sexual na Carta. Para alcançar o objetivo, era necessário que cada vez mais pessoas se afirmassem publicamente, apesar da Aids, e, nesse sentido, João Mascarenhas procurou fazer uma cisão entre homossexuais e travestis, atitude preconceituosa com a qual pretendia facilitar a aceitação dos homossexuais na sociedade e, com isso, a conquista de direitos.

A militância organizada em torno do NPE procurou incentivar a visibilidade paralela à epidemia de Aids. Se por um lado conscientizava as/os leitoras/es do debate sobre a doença, por outro, tocava constantemente no ato de se dizer abertamente homossexual, sem temer represálias. Nas suas páginas também se ensaiou um movimento posteriormente mais

frequente na imprensa LGBTQI+ brasileira: expor as homossexualidades daqueles/as que não tinham a intenção de publicizá-la.

Nestas páginas, ao apresentar e discutir a visibilidade das homossexualidades durante a epidemia de Aids e de elaboração da Constituição de 1988, parte de um projeto maior sobre a arqueologia do assumir, procurei dar conta de um tema ainda silenciado nos estudos sobre sexualidades dissidentes no Brasil e que diz sobre as amarras que ainda atravessam as vidas LGBTQI+ na contemporaneidade: expor ou não expor a sexualidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Dennis Patkin. *Homossexual, oppression and liberation*. New York: New York University Press, 1993.

BIANCARELLI, Aureliano. Doença em foco: As reportagens sobre AIDS publicadas pela Folha de São Paulo. *Revista USP*, n. 33, p. 137-147, 1997.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 450-456, 2019.

CARVALHO, Bernardo. Queer Power: a facção radical do movimento gay cresce nos EUA e prega ação política contra a homofobia. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais. São Paulo, p. 4-6, 14 jun. 1992.

CASTRO, Paulo César. A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de Veja e IstoÉ nas décadas de 1980 e 1990. 2005. *In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, Rio de Janeiro, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. *In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). As Esquerdas no Brasil: Revolução Democrática – 1964... v. 3, 1. ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-428.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

FATAL, Paulo. *Invicta*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988. p. 42.

FATAL, Paulo. Os gueis e a constituinte. *Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro, s/a, p. 5.

FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e Mídia Impressa: Estudos sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker, 1999.

FERREIRA, Mauro. Grupos que trabalham Pela Vida. *Nós Por Exemplo*, n. 2, p. 9, 1992.

GALVÃO, Jane Lúcia F. *AIDS e Imprensa: Um Estudo de Antropologia Social*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GORDILHO, Nelson Sergio. Você e a lei. *Nós Por Exemplo*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 15, jan. 1993.

HOWER, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): Pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 303, 2003.

JORNAL MARILYN MONROE. O movimento homossexual no Brasil hoje. *Jornal Marilyn Monroe: Informação, prazer, cultura, lazer*. São Paulo, n. 1, p. 3, março 1986.

JORNAL MARILYN MONROE. Homossexuais querem eleger constituintes. *Jornal Marilyn Monroe: Informação, prazer, cultura, lazer*. São Paulo, n. 2, p. 14, abril 1986.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: Identidade sexual e Política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MASCARENHAS, João Antônio. Assumir-se? Por quê? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, p. 2, jun. 1978.

MASCARENHAS, João Antônio. Constituinte em etapas. *Triângulo Rosa*, n. 7. Rio de Janeiro, 1987, p. 1.

MASCARENHAS, João Antônio. *Triângulo Rosa. Nós Por Exemplo*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 6, 1992.

MASCARENHAS, João Antônio. Entre nós. *Nós Por Exemplo*, n. 3, p. 6, 1992.

MOTT, Luiz. Mário de Andrade e o amor que não ousava dizer o seu nome. *Nós Por Exemplo*, n. 11, p. 12, nov./dez. 1993.

MOTT, Luiz. Em defesa do ser homossexual. *Nós Por Exemplo*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 7, jul./ago. 1994.

NÓS POR EXEMPLO. Editorial. *Nós Por Exemplo*. Rio de Janeiro, n. 4, 1992.

NÓS POR EXEMPLO. Parada das máscaras. *Nós Por Exemplo*, Rio de Janeiro, n. 5, 1993.

NÓS POR EXEMPLO. Rio de Janeiro, n. 6, p. 9, jan. 1993.

OLIVEIRA, Sylvio. I Passeata Gay do Rio de Janeiro. *Nós Por Exemplo*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 13, mar. 1993.

RODRIGUES, Jorge Caê; VICTORIO FILHO, Aldo. Posfácio: Alguns anos depois. In: RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In.: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu editora, 2017.

SILVA, Cláudio Roberto. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, Alexandre S. Ferrari. A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990). *Fragmentum*, UFSM, v. 29, p. 11-20, 2011.

SOLIVA, Thiago Barcelos. *A confraria gay: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK*. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUTO MAIOR JR, Paulo R. O jornal Nós Por Exemplo, os homossexuais e a era da Aids: apontamentos introdutórios. In: SOUTO MAIOR JR, Paulo; LEITE, Juçara Luzia (Orgs.). *Flexões de Gênero: história, sensibilidades e narrativas*. 1. ed., v. 1. Jundiaí: Paco, 2017. p. 213-228.

SOUTO MAIOR JR, Paulo R. O “assumir” na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.22, p.171-197. 2017

SOUTO MAIOR JR, Paulo R. Assumir? Por quê? O dispositivo de confissão das homossexualidades no Brasil nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). *Territórios e Fronteiras*, Mato Grosso, v. 14, p. 130-150, 2021.

SOUTO MAIOR JR, Paulo R. *A invenção do sair do armário: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000)*. 2019. 271 F. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUTO MAIOR JR, Paulo R.; ZIOLI, Miguel. Militância homossexual no Brasil da ditadura militar: os casos de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. *Territórios e Fronteiras*, Mato Grosso, v. 9, p. 331-348, 2016.

TAMAGNE, Florence. Mutações homossexuais. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade 3: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 448.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 369.

TRIÂNGULO ROSA. *Boletim Informativo Triângulo Rosa*, n. 2. Rio de Janeiro: julho de 1986.

TRIÂNGULO ROSA. *Boletim Informativo Triângulo Rosa*, n. 7. Rio de Janeiro: julho de 1987. p. 02.

VITIELLO, Gabriel Natal Botelho. *A Aids em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX*. 2008. 108f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, Unicamp, v. 3, p. 193-220, 1997.